

Fertilizantes Heringer S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balanco patrimonial	16
Demonstração do resultado	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração do fluxo de caixa	20
Demonstração do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
Parecer Conselho Fiscal	67
Parecer Comitê de Auditoria	68
Parecer dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Parecer dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	72



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.

No dia 27 de junho de 2023, a Companhia realizou o leilão da oferta pública de aquisição de até a totalidade de suas ações ordinárias, e como resultado deste leilão, o Ofertante Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., adquiriu 15.345.407 (quinze milhões, trezentos e quarenta e cinco, quatrocentas e sete) ações, sendo titular de ações de emissão da Companhia, representativas de 79,98% de seu capital social total.

Sobre a Recuperação Judicial, em 28 de agosto de 2023, em linha com as obrigações do seu plano aprovado, a Companhia efetuou o pagamento dos juros aplicáveis aos credores de classe II e III e, em dezembro de 2023, realizou o pagamento da primeira parcela do montante principal da dívida.

As exportações brasileiras do agronegócio bateram recorde em 2023, atingindo US\$ 166,5 bilhões. A cifra foi 4,8% superior em comparação a 2022, o que representa um aumento de US\$ 7,7 bilhões. O desempenho foi influenciado principalmente pela quantidade embarcada. Dessa forma, o agronegócio foi responsável por 49% da pauta exportadora total brasileira em 2023. No ano anterior, a participação foi de 47,5%. Novo recorde para o mês de fevereiro de 2024, atingindo US\$ 11,63 bilhões, valor 19,7% maior em comparação com US\$ 9,71 bilhões exportados em fevereiro de 2023, correspondendo a um crescimento de US\$ 1,91 bilhão. As informações são da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, do Ministério da Agricultura e Pecuária (SCRI/Mapa).

Em 2023, o PIB cresceu 2,9% frente a 2022. Houve crescimentos na Agropecuária (15,1%), na Indústria (1,6%) e em Serviços (2,4%). O PIB totalizou R\$ 10,9 trilhões em 2023. A alta na Agropecuária decorreu, principalmente, do crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade Agricultura, informou o IBGE.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), várias culturas registraram crescimento de produção no ano de 2023, tendo como destaque a soja (27,1%) e o milho (19,0%), que alcançaram produções recordes na série histórica.



CONJUNTURA E PERSPECTIVAS

MERCADO

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor de fertilizantes básicos e, tal fato, trouxe a possibilidade de escassez de fertilizantes o que resultou em uma forte especulação nos preços.

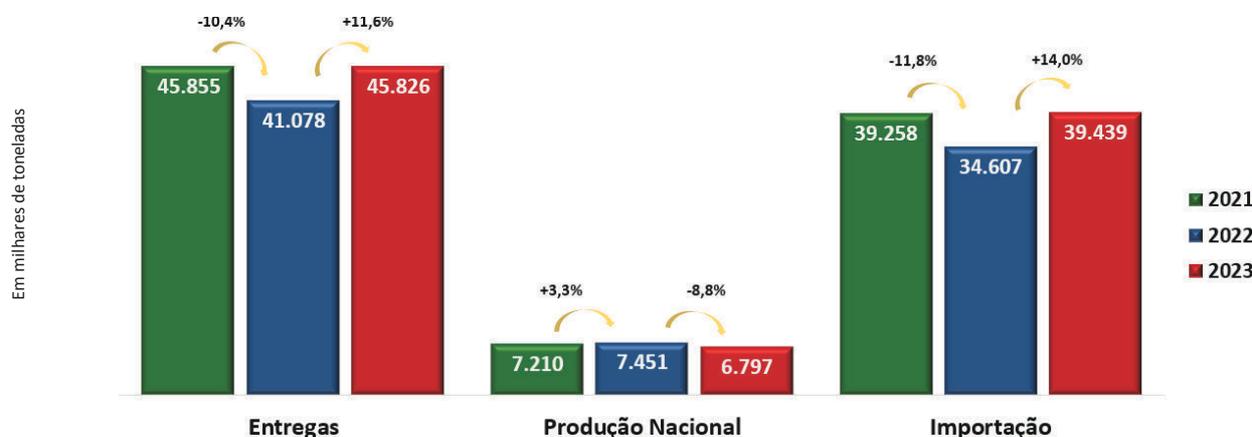
A administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Todavia, vale salientar que a escassez de fertilizantes não se materializou e, contrariando as expectativas, tivemos um forte fluxo de entrada de fertilizantes no Brasil e, também, um forte recuo nos preços, tanto internacional como no mercado local.

A Administração continuará monitorando a evolução e desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores.

O mercado brasileiro de fertilizantes, segundo a ANDA, encerrou o ano de 2023 com 45,8 milhões toneladas entregues, registrando um aumento de 11,6% quando comparado ao ano de 2022, que entregou 41,1 milhões toneladas.

A produção nacional de fertilizantes no acumulado de janeiro a dezembro de 2023, encerrou o ano com 6,8 milhões de toneladas, redução de 8,8% em relação ao mesmo período de 2022, quando foram produzidas 7,5 milhões de toneladas.

As importações de janeiro a dezembro de 2023, totalizaram 39,4 milhões de toneladas, crescimento de 14% em relação ao mesmo período de 2022, quando foram importadas 34,6 milhões de toneladas.



Fonte: ANDA



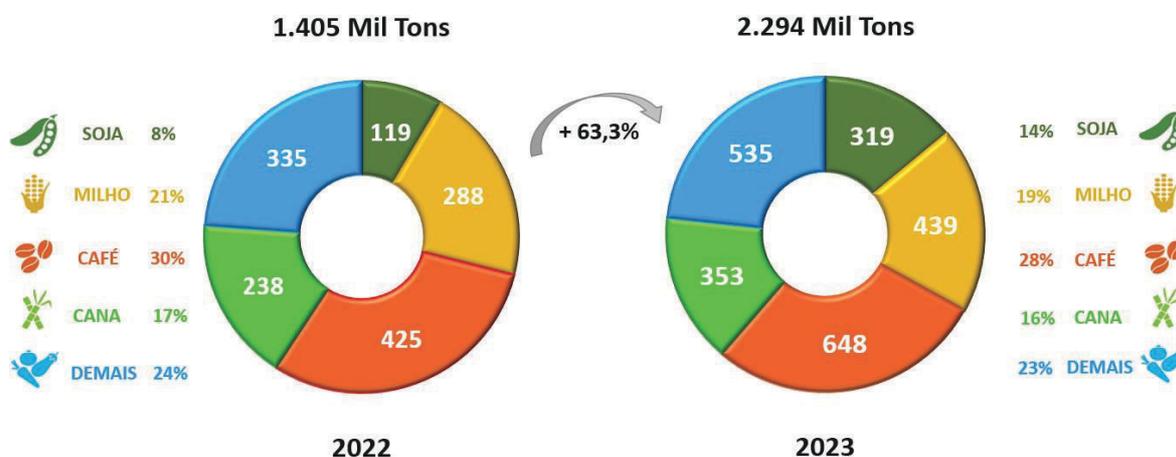
HERINGER

O Core Business da Fertilizantes Heringer se baseia na aquisição de matérias primas, principalmente oriundos do mercado internacional, posteriormente industrializado e distribuído no mercado nacional.

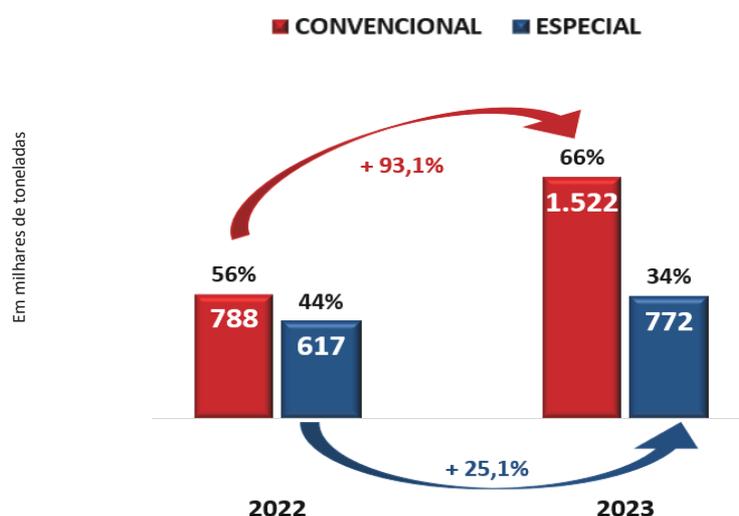
A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2024 deve apresentar um crescimento de cerca de 1,1% em relação a 2023, podendo atingir patamares próximos a 46,3 milhões de toneladas.

ENTREGAS - HERINGER

A Companhia permanece com a estratégia e atenção às oportunidades e crescimento do volume de entrega. Em 2023, o crescimento foi de mais de 63% quando comparado a 2022, com destaque para a cultura do café que foi a de maior concentração no período e o crescimento significativo no mercado de soja, conforme a estratégia da Companhia.



As entregas dos produtos especiais no ano de 2023 também aumentaram, mais de 25% quando comparadas ao ano de 2022, porém, percentualmente houve redução sobre o total entregue no período. A Companhia manteve estratégia de crescimento de entregas de produtos especiais (portfólio 2023), e para 2024 terá uma reformulação nos produtos especiais que passarão de forma integrada para o portfólio de produtos premium.



ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Líquida: Em 2023, foi de R\$ 5,34 bilhões, inferior em cerca de 6% quando comparada a de 2022, que foi de R\$ 5,68 bilhões;

Resultado Bruto: Em 2023, foi de R\$ 8,5 milhões, inferior a 2022 que foi de R\$ 243,1 milhões. Redução nos preços dos insumos no início do ano de 2023 acarretou em menores margens de vendas, porém, no 2S23 com uma leve retomada dos preços das matérias primas no mercado internacional, pudemos observamos uma retomada dessas margens;

EBITDA: Em 2023, foi negativo em R\$ 322,1 milhões, inferior a 2022, que foi negativo em R\$ 26,3 milhões;

(R\$ MIL)	2023	% RL	2022	% RL	Δ % 23/22
Volume	2.294.026		1.404.678		63,3%
Receita Líquida	5.335.669	100,0%	5.675.134	100,0%	-6,0%
CPV	(5.327.169)	-99,8%	(5.432.077)	-95,7%	-1,9%
Resultado Bruto	8.500	0,2%	243.057	4,3%	-96,5%
Fretes e Comissões	(151.948)	-2,8%	(120.401)	-2,1%	26,2%
VG&A	(229.823)	-4,3%	(145.656)	-2,6%	57,8%
Outras receitas operacionais, Líquidas	3.679	0,1%	(34.874)	-0,6%	110,5%
EBITDA	(322.135)	-6,0%	(26.257)	-0,5%	1126,9%
Resultado Financeiro Líquido	(22.273)	-0,4%	(161.296)	-2,8%	-86,2%
Resultado Líquido	(361.003)	-6,8%	(150.571)	-2,7%	139,8%



Varição Cambial: Em 2023, foi positiva em R\$ 98,6 milhões, superior à de 2022, que foi positiva em R\$ 58,0 milhões. A valorização de mais de 7% do real perante ao dólar no ano de 2023, fizeram com que o acumulado do ano encerrasse o período com R\$ 98,6 milhões de variação cambial líquida positiva;

Demais despesas financeiras: Em 2023, foi de R\$ 120,9 milhões, inferior em 44,9% a de 2022, que foi de R\$ 219,3 milhões. Essa redução de cerca de 45% em 2023 quando comparado a 2022, devido principalmente a nova estrutura de financiamento de capital de giro da Companhia.

	2023	% RL	2022	% RL	Δ % 23/22
EBITDA	(322.135)	-6,0%	(26.257)	-0,5%	1126,9%
Despesas Financeiras	(22.273)	-0,4%	(161.296)	-2,8%	-86,2%
Varição Cambial Líquida (não realizada)	98.631	1,8%	57.976	1,0%	70,1%
Juros da RJ / Empréstimos e Demais Despesas Financeiras	(120.904)	-2,3%	(219.272)	-3,9%	-44,9%
IR/CS e Depreciação	(16.595)	-0,3%	36.982	0,7%	-144,9%
Resultado Líquido	(361.003)	-6,8%	(150.571)	-2,7%	139,8%

MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3, a bolsa de valores do Brasil, desde abril de 2007 sob o código FHER3.

Dentre os bons fundamentos da Heringer estão um significativo potencial de atuação em um mercado crescente e competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida e amplo portfólio de produtos e gestão sólida.

DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios



anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Investimentos” que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 5.412, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	224.895
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.796	2.507	38.552
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	1.586	4.741	12.388	5.412	4.500	270.132

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta “Lucros acumulados” para “Reserva de lucros de incentivos fiscais”. Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.



RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31/12/2023, o quadro era composto por 1.680 colaboradores diretos, distribuídos em 1.639 profissionais em geral, e estagiários e 39 aprendizes.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação, transporte, Plano de Participação nos Resultados, entre outros.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Heringer obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, os seguintes serviços que não os de auditoria externa em 2023:

➤ Consultoria tributária:

Os honorários relativos a esse serviço totalizaram R\$ 426.140 em 2023.

Adicionalmente, a política adotada pela Heringer atende aos princípios que preservam a independência do auditor, para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.



CONCLUSÃO

A Administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados à Companhia ao longo do ano de 2023.

No entanto, diferentemente de outros segmentos, o agronegócio brasileiro permanece operando em níveis recordes, com uma safra esperada de mais de 300 milhões de toneladas para esse ano, onde a Companhia pode desfrutar favoravelmente de bons resultados.

Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.

A equipe da Fertilizantes Heringer permanece focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de todos, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da Fertilizantes Heringer S.A.

Paulínia – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos (Nota 7 (b) às demonstrações financeiras)

Veja a Nota 7 (b) das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ativos de tributos diferidos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 341.293 mil, os quais foram constituídos com base nas projeções de lucros tributáveis futuros.</p> <p>A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve premissas e julgamentos por parte da Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados da Companhia.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para os trabalhos de auditoria, em função das incertezas inerentes as premissas utilizadas nas projeções de resultado, pois envolvem estimativas e julgamentos da administração, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">— Obtivemos a aprovação da Administração das projeções de resultado utilizadas na análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.— Com apoio de nossos especialistas, avaliamos:<ul style="list-style-type: none">— a adequação do modelo de projeção de resultado utilizado pela Administração para fins de avaliação de recuperabilidade do ativo fiscal diferido.— as oportunidades de planejamento tributário que a Administração considerou na avaliação da disponibilidade de lucros tributários futuros;— as principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo: (i) receita operacional líquida;; (ii) custos operacionais; (iii) depreciação; (iv) resultado financeiro; e (v) impostos correntes, considerando a avaliação de cenários alternativos de redução dos lucros tributáveis futuros.— Avaliamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para a determinação dos saldos dos ativos de tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.</p>

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 10)

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 531.110 mil. A Administração da Companhia identificou indicadores de perda no valor recuperável (<i>impairment</i>) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.</p> <p>O valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.</p> <p>A administração determinou o valor em uso desses ativo, cujo cálculo requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) estimativa do volume a ser vendido; (ii) estimativa de preços futuros; (iii) custos e (iv) taxa de desconto.</p> <p>O cálculo do valor justo líquido de despesa de venda, efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia, requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como valor de reposição e vidas úteis econômicas dos bens.</p> <p>Como o valor recuperável foi inferior ao valor contábil do ativo imobilizado do grupo máquinas e equipamentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contabilizou perda por redução ao valor recuperável no montante total de R\$ 14.424 mil.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo uma vez que a determinação do valor recuperável pela Administração da Companhia envolve julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores relevantemente diferentes dos apurados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria para o avaliação do valor em uso, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">— análise da consistência das premissas-chave utilizadas pela Administração com o último Plano de Negócios aprovado;— análise de sensibilidade das utilizadas pela Administração;— avaliação da razoabilidade das premissas-chave margem bruta e taxa de desconto utilizadas no segmento incluindo comparações com benchmarks;— avaliação dos critérios usados para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação; <p>Para avaliação do valor justo menos a despesas com vendas, foram efetuados os seguintes procedimentos, com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos:</p> <ul style="list-style-type: none">— avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia;— avaliação se as metodologias e premissas, principalmente as relacionadas ao valor de reposição e vidas úteis econômicas dos bens, foram apropriadamente aplicadas pelos avaliadores externos contratados quando do cálculo do valor justo dos bens do ativo imobilizado. <p>Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Fertilizantes Heringer S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022		Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.932	62.393	Fornecedores	11	1.487.746	1.270.247
Contas a receber de clientes	4	538.756	375.416	Fornecedores - RJ	13	52.258	16.265
Estoques	5	1.070.715	1.446.657	Empréstimos e financiamentos	12	25.696	11.736
Tributos a recuperar	6	156.768	156.419	Empréstimos e financiamentos – RJ	13	49.577	14.540
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	72.918	102.268	Salários e encargos sociais		35.526	15.411
Outros ativos	8	<u>323.564</u>	<u>197.197</u>	Salários e encargos sociais - RJ	13	91	99
				Tributos a recolher		2.227	1.332
				Passivos de contrato	18	150.698	140.233
				Outros passivos	15	<u>167.832</u>	<u>81.398</u>
		<u>2.203.653</u>	<u>2.340.350</u>			<u>1.971.651</u>	<u>1.551.261</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	1.178	674	Fornecedores	11	11.973	9.917
Tributos a recuperar	6/14	171.118	171.972	Fornecedores - RJ	13	625.347	654.909
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	45.877	22.319	Empréstimos e financiamentos - RJ	13	308.234	332.856
Outros ativos	8	23.468	4.241	Provisão para contingências	14	67.713	57.897
Depósitos judiciais	14	19.510	19.049	Imposto de renda e contribuição social diferido	7.b	<u>11.028</u>	<u>41.890</u>
Imobilizado	10	531.110	452.192			<u>1.024.295</u>	<u>1.097.469</u>
Intangível	10	<u>7.549</u>	<u>6.453</u>	Total do passivo		<u>2.995.946</u>	<u>2.648.730</u>
		<u>799.810</u>	<u>676.900</u>	Patrimônio líquido	16		
				Capital social		585.518	585.518
				Ajuste de avaliação patrimonial		36.609	37.213
				Prejuízos acumulados		<u>(614.610)</u>	<u>(254.211)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>7.517</u>	<u>368.520</u>
Total do ativo		<u><u>3.003.463</u></u>	<u><u>3.017.250</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>3.003.463</u></u>	<u><u>3.017.250</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	18	5.335.669	5.675.134
Custos dos produtos vendidos	19	<u>(5.327.169)</u>	<u>(5.432.077)</u>
Lucro bruto		<u>8.500</u>	<u>243.057</u>
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	19	(216.135)	(174.144)
Gerais e administrativas	19	(165.635)	(91.913)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	<u>3.679</u>	<u>(34.874)</u>
		<u>(378.091)</u>	<u>(300.931)</u>
Prejuízo operacional		<u>(369.591)</u>	<u>(57.874)</u>
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	21	98.631	57.976
Despesas financeiras, líquidas	22	<u>(120.904)</u>	<u>(219.272)</u>
		<u>(22.273)</u>	<u>(161.296)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(391.864)</u>	<u>(219.170)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7.c	<u>30.861</u>	<u>68.599</u>
Prejuízo do exercício		<u>(361.003)</u>	<u>(150.571)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		<u>53.857</u>	<u>53.857</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)	17	<u>(6.7030)</u>	<u>(2.7958)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(361.003)	(150.571)
Outros resultados abrangentes	_____ -	_____ -
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(361.003)</u></u>	<u><u>(150.571)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>585.518</u>	<u>37.800</u>	<u>(104.225)</u>	<u>519.093</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(150.571)	(150.571)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(587)	587	-
Saldos em 1º de janeiro de 2023 e de dezembro de 2022	<u>585.518</u>	<u>37.213</u>	<u>(254.211)</u>	<u>368.520</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(361.003)	(361.003)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(604)	604	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>585.518</u></u>	<u><u>36.609</u></u>	<u><u>(614.610)</u></u>	<u><u>7.517</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(391.864)	(219.170)
Ajustes para:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	7.168	(5.491)
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada	4	(132)	(5.876)
Ajuste a valor presente – contas a receber	4	6.588	1.520
Provisão para perdas nos estoques	5	64.228	2.017
Depreciação e amortização	10	47.456	31.617
Impairment – ativo imobilizado	10	14.424	(40.863)
Ganho na alienação do ativo imobilizado		(1.317)	(2.678)
Provisão perdas créditos tributários - ICMS	6	(875)	875
Provisão para férias e participação nos resultados		33.735	19.687
Provisão para contingências, líquidas	14	9.816	10.282
Juros não realizado do passivo em recuperação judicial	13	42.148	48.368
Juros e variações cambiais não realizados contas a receber, importações em andamento, contas a pagar e empréstimos e financiamentos		(60.519)	13.493
		(229.146)	(146.218)
Redução (aumento) nas contas de ativos			
Contas a receber de clientes	4	(177.469)	(49.480)
Estoques	5	236.900	(55.702)
Tributos a recuperar	6	(4.536)	12.503
Outros ativos	8	(45.545)	4.081
Depósitos judiciais		(461)	1.677
Fornecedores	11	219.496	861.952
Salários e encargos sociais		16.536	(26.874)
Tributos a recolher		895	(1.148)
Adiantamentos de clientes	4	10.465	82.408
Demais contas a pagar		87.220	(83.984)
		350.509	745.433
Variações nas contas de ativos e passivos			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(1.569)	(113.410)
Imposto de renda e contribuição social pagos	7	-	(47.963)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		119.794	478.704
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(148.134)	(24.317)
Aquisição de intangível			
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(148.134)	(24.317)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos		93.358	2.767.339
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		(77.829)	(3.149.117)
		15.529	(381.778)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos			
Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(21.461)	31.746
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3	62.393	30.647
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3	40.932	62.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fertilizantes Heringer S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.583.715	5.778.775
Outras receitas	2.047	6.898
Receitas relativas à construção de ativos próprios	96.185	42.930
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.693)</u>	<u>1.908</u>
	<u>5.679.254</u>	<u>5.830.511</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.500.653)	(5.526.031)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(377.245)	(263.127)
Perda/recuperação de valores ativos	(103.217)	(69.740)
Outras	<u>(817)</u>	<u>(1.313)</u>
	<u>(5.981.932)</u>	<u>(5.860.211)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(302.678)</u>	<u>(29.700)</u>
Depreciação e amortização	(47.456)	(31.617)
Valor adicionado líquido produzido	<u>-</u>	<u>(61.317)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Ajuste a valor justo – Passivo	-	-
Receitas financeiras	225.512	245.226
Outras	<u>519</u>	<u>1.490</u>
	<u>226.031</u>	<u>246.716</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(124.103)</u>	<u>185.399</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	-	-
Remuneração direta	119.930	90.182
Benefícios	76.624	33.140
FGTS	<u>7.133</u>	<u>5.731</u>
	<u>203.687</u>	<u>129.053</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(57.206)	(66.659)
Estaduais	(162.694)	(130.022)
Municipais	<u>1.315</u>	<u>1.326</u>
	<u>(218.585)</u>	<u>(195.355)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	228.964	381.126
Aluguéis	10.196	6.076
Outras	<u>12.638</u>	<u>15.070</u>
	<u>251.798</u>	<u>402.272</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	<u>(361.003)</u>	<u>(150.571)</u>
Total do valor distribuído	<u>(124.103)</u>	<u>185.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. (“Heringer” ou “Companhia”), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava com 13 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos, Paulínia1 e Paulínia2/SP, Catalão e Rio Verde/GO, Dourados/MS, Rosário do Catete/SE e Rio Grande/RS), adicionalmente permanece com 2 unidades hibernadas (Porto Alegre/RS e Paranaguá/PR).

Ressalta-se que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de super fosfato simples (“SSP”).

Em 28 de março de 2022, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. (“Controladora Direta”), juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação (“Fechamento”) contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), firmado entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende (“Vendedores”) e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Compradora”), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a Controladora Direta, sociedade (i) cujas quotas são detidas inteiramente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia (“Ações Heringer”).

A Compradora faz parte do Grupo EuroChem Group AG (“EuroChem”) um dos líderes globais em produção de fertilizantes e uma das três empresas do mundo com capacidade de fabricação dos três grupos de nutrientes primários: nitrogênio, fosfatos e potássio. O fechamento da Operação fortalece ainda mais a capacidade de produção e distribuição do Grupo no Brasil, um dos mercados mais importantes de nutrientes para cultivo do mundo.

Em continuidade ao processo de aquisição da totalidade das ações da Heringer, sua controladora indireta (Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. “ofertante”), realizou em 27 de junho de 2023, leilão de oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.607 ações, representativas de aproximadamente 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que, 19% eram ações negociadas no *free float*, e o percentual de 9,5% das ações alienadas pela sociedade PCS Sales (Canada) INC. para ofertante. Cada ação foi adquirida pelo preço de R\$ 14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 230.031. Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão, que ocorreu em 29 de junho de 2023, remanesceram em circulação 10.783.538 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam aproximadamente 20,02% de seu capital social. Assim, após a liquidação financeira da oferta, a ofertante passou a ser titular, direta e indiretamente, de 43.073.746 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 10,02% de suas ações no *free float*.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial (“RJ”). Em 28 de novembro de 2019, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a segunda versão do plano de recuperação judicial, que foi aprovado em Assembléia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019, e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

O relatório protocolado pelo administrador judicial, referente ao mês de novembro de 2023, não reporta qualquer descumprimento do Plano de Recuperação Judicial por parte da Recuperanda. Registra o Relatório que, até 19 de outubro de 2023, foram pagos aos credores da Recuperação Judicial o montante de R\$ 61 milhões.

Em 22 de março de 2022, o Douto Juíz da 2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia proferiu sentença encerrando a Recuperação Judicial em razão do (i) decurso do prazo de 2 (dois) anos contados da concessão de sua Recuperação Judicial; e (ii) cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do plano aprovado. Em face da sentença que encerrou a Recuperação Judicial quatro credores interpuseram recurso de apelação, os quais estavam pendentes de julgamento pelo TJSP, até a data a data base desta demonstração financeira.

Em 05 de março de 2024, através de acordo emitido pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, houve o indeferimento do pleito de dois credores, assim como, informação de desistência dos outros dois credores que requeriam pela não encerramento da recuperação judicial da Companhia, conforme Nota 27.

1.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por uma empresa global e produtora de fertilizantes, conforme nota

explicativa 1 e, tal fato, reforça a continuidade operacional.

Com o advento da Recuperação Judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo, classificada no passivo não circulante, como resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 232.002 (R\$ 789.089 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta prejuízo acumulado de R\$ 614.610 (R\$ 254.211 em 31 de dezembro de 2022), tendo apresentado ainda patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 7.517 (R\$ 368.520 em 31 de dezembro de 2022).

1.3 Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor de fertilizantes básicos e, tal fato, trouxe a possibilidade de escassez de fertilizantes o que resultou em uma forte especulação nos preços.

A Administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Todavia, vale salientar que a escassez de fertilizantes não se materializou e, contrariando as expectativas, tivemos um forte fluxo de entrada de fertilizantes no Brasil e, também, um forte recuo nos preços, tanto internacional como no mercado local.

A Administração continuará monitorando a evolução e desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos junto aos países envolvidos no conflito, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para

IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, com relação a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Isto ocorre devido a legislação societária brasileira requerer que as Companhias abertas apresentem a DVA, enquanto, que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.2 Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

	Classificação
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio do resultado e/ou custo amortizado
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) ***Custo amortizado***

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

(ii) ***Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado***

A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por descontos de recebíveis (“FIDC”). Os títulos negociados na data base de 31 de dezembro de 2023, foram mantidos como ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Os mesmos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As demais contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.

c. ***Baixa de ativos financeiros***

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, a metodologia de *impairment* aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.7 Estimativas, premissas e julgamentos críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 14. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 10.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, duas unidades da Companhia permaneciam com suas atividades hibernadas (Nota explicativa 1), dessa forma o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados pelos órgãos de governança. As premissas utilizadas pela Administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideraram os riscos normais da sua operação.

2.8 Novas normas que entraram em vigor em 2023

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

(i) CPC 26(R1)/IAS 1 – Divulgação de Políticas Contábeis

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis materiais”. As informações de políticas contábeis são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil, relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

(ii) CPC 23/IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

- a) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e
- b) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram emitidas outras novas normas, alterações e interpretações de normas, além daquelas divulgadas na Nota 2.6 das demonstrações

financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e daquela demonstrada acima, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as demonstrações financeiras do referido exercício.

2.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, imitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e recursos em conta corrente	<u>40.932</u>	<u>62.393</u>
	<u>40.932</u>	<u>62.393</u>

O caixa e os equivalentes de caixa, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contas a receber no país (i)	587.080	410.210
Contas a receber no exterior	1.869	1.272
Ajuste a valor justo - subcarteira negociada	-	(132)
Ajuste a valor presente	<u>(9.158)</u>	<u>(2.570)</u>
	<u>579.791</u>	<u>408.780</u>
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(39.857)	(32.690)
Circulante	538.756	375.416
Não circulante	<u>1.178</u>	<u>674</u>
	<u>539.934</u>	<u>376.090</u>

- (i) O montante de R\$ 143.165 (R\$ 103.947 em 31 de dezembro de 2022) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 9(a)).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o ajuste a valor presente foi calculado,

tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,80% em 31 de dezembro 2022) ao mês, por meio do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica “Despesas financeiras, liquidas”.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi calculado o valor justo sobre a subcarteira negociada das contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos negociados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 33.592 (R\$ 37.538 em 31 de dezembro de 2022) encontram-se vencidas e não provisionados, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Até 90 dias	8.851	4.922
De 90 a 180 dias	944	106
Acima de 180 dias	<u>23.797</u>	<u>32.510</u>
	<u>33.592</u>	<u>37.538</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa (“*impairment*”) no montante de R\$ 39.857 (R\$ 32.686 em 31 de dezembro de 2022), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Até 90 dias	3.053	2.347
De 90 a 180 dias	-	36
Acima de 180 dias	<u>36.804</u>	<u>30.307</u>
	<u>39.857</u>	<u>32.690</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo inicial	32.690	38.181
Perdas estimadas no período	9.020	3.581
Reversão de perdas estimadas	<u>(1.853)</u>	<u>(9.072)</u>
Saldo final	<u>39.857</u>	<u>32.690</u>

5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas e embalagens	1.098.587	1.228.064
Almoxarifado	23.620	15.491
Importações em andamento	20.259	210.549
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(2.095)	(2.017)
Provisão de obsolescência / marcação a mercado dos preços de estoques (ii)	<u>(69.656)</u>	<u>(5.430)</u>
	<u>1.070.715</u>	<u>1.446.657</u>

- (i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.
- (ii) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços de estoques, considerando a realização a menor das margens de vendas.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em “Custos dos produtos vendidos” totalizaram R\$ 5.110.957 (R\$ 5.280.047 em 31 de dezembro de 2022) conforme Nota 19.

6 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) / (ii)	194.725	179.235
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	34.802	55.048
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base PIS e COFINS (i)	13.030	12.378
Programa de Integração Social - PIS (i) / (ii)	43.453	42.140
IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos	340	427
Créditos Tributários adquiridos (iii)	42.911	40.983
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(500)	(1.820)
Provisão para perda de créditos tributários - PIS/COFINS	<u>(875)</u>	<u>-</u>
	<u>327.886</u>	<u>328.391</u>
Circulante	156.768	156.419
Não circulante	<u>171.118</u>	<u>171.972</u>
	<u>327.886</u>	<u>328.391</u>

- (i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar R\$ 251.208 (R\$ 233.753 em dezembro de 2022) decorre da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas

mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia é tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”).

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 38.974 (R\$ 21.997 em dezembro 2022) encontrava-se sob verificação por parte da RFB, aguardando análise do agente fiscal, o montante de R\$ 199.204 (R\$ 199.251 em 31 de dezembro de 2022) encontrava-se em discussão com a própria RFB e/ ou no âmbito do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (“CARF”). Adicionalmente o montante de R\$ 13.030 (R\$ 12.378 dezembro 2022) refere-se ao reconhecimento do indébito tributário decorrente do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme item (iii) abaixo.

A mencionada discussão é travada no âmbito da RFB e do CARF e se refere a glosas de créditos fiscais apresentadas pela RFB no decorrer da análise dos pedidos de ressarcimento e/ ou compensação dos aludidos valores. Essas glosas decorrem, sobremaneira, da apropriação de créditos sobre gastos relacionados com a contratação de:

- (1) Serviços portuários, necessários ao desembarço e nacionalização dos insumos importados;
- (2) Serviço de transporte na aquisição, transferência de produtos sujeitos à alíquota zero; e
- (3) Serviço de transporte municipal.

Em relação aos temas listados, a Companhia possui *legal opinion* de assessor jurídico externo abordando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao regime não cumulativo das aludidas contribuições, onde se conclui que os valores em discussão possuem probabilidade de perda remota, frente ao posicionamento dos tribunais superiores favoráveis à Companhia.

- (ii) Serão utilizados na aquisição de insumos para produção ou venda para terceiros, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 1.515 (R\$ 33.206 em 31 de dezembro de 2022). Em decorrência da expectativa da administração em proceder com a venda dos créditos de ICMS a terceiros, uma provisão no montante R\$ 500 foi registrada sobre os créditos aprovados e em processo de aprovação.
- (iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 42.911 (R\$ 40.983 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e a valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Imposto de renda a recuperar	100.095	103.113
Contribuição social a recuperar	<u>18.700</u>	<u>21.474</u>
	<u>118.795</u>	<u>124.587</u>
Circulante	72.918	102.268
Não circulante	<u>45.877</u>	<u>22.319</u>
	<u>118.795</u>	<u>124.587</u>

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2023 de R\$ 118.795 (R\$ 124.587 em 31 de dezembro de 2022), protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2022, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de débitos tributários.

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar

o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o registro dos valores pertinentes aos indêbitos tributários referente aos exercícios de 2016 a fevereiro de 2022, devidamente atualizado monetariamente no montante de R\$ 9.311. Tal montante está classificado no ativo não circulante.

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	341.293	339.321
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.611	5.364
Provisão para comissões sobre vendas	1.189	1.919
Provisão para contingências	24.821	21.154
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.804	-
Ajuste a valor presente	10.219	8.206
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	23.683	1.846
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment – CPC01	4.904	-
Provisão para créditos tributários	467	619
Provisão para baixa de créditos	5.311	3.299
Provisão rateio de importação	4.578	2.632
Ajuste da receita por permuta de matéria-prima (iv)	157.863	94.850
Variacao cambial passiva a realizar	861	861
Outras diferenças temporárias	<u>600</u>	<u>598</u>
	<u>583.455</u>	<u>480.920</u>
Passivo:		
Ajuste a valor presente	(901)	(205)
Ajuste a valor justo (i)	(352.048)	(368.298)
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.692)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	-	(3.587)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(24.480)	(23.621)
Ajuste do custo por permuta de matéria-prima (iv)	(157.773)	(94.786)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(54.185)	(24.817)
Outras	<u>(5.096)</u>	<u>(5.804)</u>
	<u>(594.483)</u>	<u>(522.810)</u>
Líquido	<u><u>(11.028)</u></u>	<u><u>(41.890)</u></u>

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 13.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

- (iii) Para o exercício 2023 e 2022, a companhia adotou o regime de apuração para variações cambiais via caixa, uma vez que, o passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolso no exercício corrente, conforme Plano de Recuperação Judicial da companhia.
- (iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de Permutas de matérias – primas ocorridas no período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia iniciou estudos econômicos e societários para aceleração da utilização dos saldos de tributos diferidos ativos, abarcando eventuais sinergias com outras empresas do grupo controlador no Brasil.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(391.864)	(219.170)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	133.234	74.518
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	4.876	3.662
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(106.665)	(9.581)
Outras	(584)	-
	<u>30.861</u>	<u>68.599</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	-	-
Diferido	<u>30.861</u>	<u>68.599</u>
	<u>30.861</u>	<u>68.599</u>

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>314.820</u>	<u>(421.248)</u>	<u>(106.428)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(94)	(94)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	98.201	(101.468)	(3.267)
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	<u>67.899</u>	<u>-</u>	<u>67.899</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>480.920</u>	<u>(522.810)</u>	<u>(41.890)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	<u>480.920</u>	<u>(522.810)</u>	<u>(41.890)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(859)	(859)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	100.563	(70.815)	29.749
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	1.972	-	1.972
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>583.455</u>	<u>(594.483)</u>	<u>(11.028)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu com o registro do imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais até o limite da lucratividade projetada para os próximos anos a qual leva em consideração também o limite legal de compensação das diferenças temporárias tributáveis (limite legal de 30% de compensação).

8 Outros ativos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Bonificações de compras	99	22.530
Adiantamento a fornecedores (matéria-prima)	216.239	118.966
Rateios de importações a receber	-	5.725
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	3.574	22.300
Adiantamento a fornecedores (outros)	42.525	9.179
Créditos com instituições financeiras (i)	1.269	964
Bens destinados a venda	4.302	4.134
Adiantamento extraconcursal (ii)	19.058	-
Compartilhamentos de gastos com colaboradores a receber	27.741	-
Adiantamento a funcionários	912	691
Estoque de terceiros	19.445	14.168
Outros	<u>11.868</u>	<u>16.949</u>
	<u>347.032</u>	<u>201.438</u>
Circulante	323.564	197.197
Não circulante	<u>23.468</u>	<u>4.241</u>
	<u>347.032</u>	<u>201.438</u>

- (i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia, estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial.
- (ii) Refere-se a registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira (vide Nota 12), a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário, conforme consta na Nota 1.
- (iii) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros trimestrais.

9 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2023, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. que detém 28,50% das ações, a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações Ltda. foi adquirida pela

Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia, assim como, em 29 de junho de 2023, a mesma realizou leilão da oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.607 ações, representativas de 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis e outras operações que estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo		
Contas a receber		
Eurochem Group AG	-	904
Eurochem Trading GMBH	182	82
Eurochem Trading Middle East DMCC	162	-
Fertilizantes Tocantins S.A (i)	141.953	102.027
OCP SA	522	563
SAFTCO S.A	153	165
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	172	185
OCP Fertilizantes S.A	21	21
	143.165	103.947
Demais Contas a receber		
Eurochem Comercio de Produtos Quimicos	3.571	-
Fertilizantes Tocantins S.A	18.082	-
Salitre Fertilizantes Ltda.	5.869	-
Heringer Participações Ltda.	219	-
	27.741	-

- (i) As contas a receber com partes relacionadas, referem-se substancialmente a processo de industrialização que a Companhia realiza para Fertilizantes Tocantins S.A, nas unidades de Candeias/BA, Catalão e Rio Verde/GO. Vale salientar que as contas a receber estão diretamente relacionadas as contas a pagar devidamente registrado no passivo circulante.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo Circulante Fornecedores		
Corrigo Fertilizers fz-lcc	144.563	233.115
Eurochem Comercio de Produtos Quimicos	595	595
Eurochem Group AG	4.865	-
Eurochem Trading GMBH	20.026	313.638
Eurochem Trading Middle East DMCC	624.471	-
Fertilizantes Tocantins S.A	320.369	369.836
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	-	1
OCP Fertilizantes	6.487	123
OCP SA	222.871	240.198
	1.344.247	1.157.506
Fornecedores - RJ		
Canpotex Limited	-	161
Eurochem Comercio de Produtos Quimicos	513	600
OCP	236	285
OCP Fertilizantes Ltda.	-	1.080
SAFTCO	44	53
	793	2.179
Empréstimos – RJ		
Eurochem Comércio e Produtos Quimicos	59.660	3.573
	59.660	3.573

Demais Contas a pagar		
Eurochem Comercio de Produtos Quimicos	2.083	-
Fertilizantes Tocantins S.A	53.226	-
Salitre Fertilizantes Ltda	1.077	-
Heringer Participações Ltda	-	-
	<u>56.386</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Canpotex Limited	-	6.074
Eurochem Comercio de Produtos Quimicos Ltda.	19.973	22.629
OCP	9.195	10.756
OCP Fertilizantes Ltda.	-	50.966
SAFTCO	<u>1.696</u>	<u>1.983</u>
	<u>30.864</u>	<u>92.408</u>
Empréstimos – RJ		
Eurochem Comércio e Produtos Quimicos	<u>7.223</u>	<u>70.617</u>
	<u>7.223</u>	<u>70.617</u>
Resultado		
Outras receitas operacionais		
OCP	<u>9</u>	<u>10</u>
Despesas financeiras	<u>9</u>	<u>10</u>
Eurochem Comércio e Produtos Quimicos - Juros Recuperação judicial	<u>(4.891)</u>	<u>(20.067)</u>
	<u>(4.891)</u>	<u>(20.067)</u>
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Compras		
Corrigo fertilizers fz-lcc	-	338.061
Eurochem Group AG	-	581.036
Eurochem Trading GMBH	-	816.334
Eurochem Trading Middle East DMCC	349.890	-
Fertilizantes Tocantins S.A	156.719	520.475
OCP S.A	-	1.515
OCP Fertilizantes Ltda	15.611	13.885
JFC V-Jorf Fert.Company	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>522.220</u>	<u>2.271.306</u>

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios.

A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas.

No tocante às garantias que recaíram sobre os imóveis, as mesmas permanecem inalteradas.

A companhia realiza a devida análise de preço de transferência e como resultado, a Companhia incorreu em um ajuste em sua base de prejuízos fiscais no montante de R\$ 17.000. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total da remuneração, do pessoal chave, da administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Salários e encargos	2.267	2.928
Honorários dos administradores	1.604	1.573
Participação nos resultados	-	538
Plano de previdência	-	149
Indenizações rescisórias	1.188	1.493
Outros	<u>111</u>	<u>56</u>
	<u>5.170</u>	<u>6.737</u>

10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/ CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	0,28
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	13,20
Outros	De 10 a 50	16,96

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	<u>66.340</u>	<u>277.590</u>	<u>62.778</u>	<u>(17.249)</u>	<u>74.441</u>	<u>463.900</u>
Aquisições	-	-	1.235	3.026	60.919	65.180
Baixas	-	(344)	(3.106)	(290)	(987)	(4.727)
Depreciação	-	(12.285)	(16.972)	(2.041)	-	(31.298)
Transferências	-	38.627	91.806	(38.536)	(91.897)	-
Impairment - Serviços onerosos de manutenção	-	(5.989)	(16.619)	(79)	(18.176)	(40.863)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>66.340</u>	<u>297.599</u>	<u>119.122</u>	<u>(55.169)</u>	<u>24.300</u>	<u>452.192</u>
Aquisições	-	46	756	21.787	132.553	155.142
Baixas	-	(50)	(777)	(15.727)	(1.011)	(17.565)
Depreciação	-	(14.193)	(26.623)	(3.419)	-	(44.235)
Transferências	-	28.814	83.309	10.232	(122.355)	-
Impairment – CPC01	-	-	(14.424)	-	-	(14.424)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>66.340</u>	<u>312.216</u>	<u>161.363</u>	<u>(42.296)</u>	<u>33.487</u>	<u>531.110</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Custo	66.340	416.528	410.579	37.434	24.300	955.181
Depreciação	-	(118.929)	(291.457)	(92.603)	-	(502.989)
Valor residual líquido	<u>66.340</u>	<u>297.599</u>	<u>119.122</u>	<u>(55.169)</u>	<u>24.300</u>	<u>452.192</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023						
Custo	66.340	445.338	493.868	53.727	33.487	1.092.760
Depreciação	-	(133.122)	(332.505)	(96.023)	-	(561.650)
Valor residual líquido	<u>-</u>	<u>312.216</u>	<u>161.363</u>	<u>(42.296)</u>	<u>33.487</u>	<u>531.110</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à:(i) adequação em edifícios e construções nas unidades de Paulínia – SP; Três Corações – MG e Viana – ES, e, (ii) reforma maquinários que aumentaram a vida útil dos bens para as unidades de Candeias – BA, Paulínia – SP e Viana – ES.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 280.465 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 279.300 em 31 de dezembro de 2022), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas.

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas e a Recuperação judicial (Nota 1.1), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023:

	Unidades em operação	Unidades Hibernadas	Total
Ativo imobilizado	433.896	97.214	531.110

(i) Unidades em operação

Para as unidades em operação, a UGC é definida conforme as unidades operacionais, sendo cada uma delas considerada uma UGC separado. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros nominais. As taxas de crescimento de volumes de vendas utilizados não excedem as taxas de crescimento médias do segmento de fertilizantes no qual a UGC atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos dos valores em uso, em 31 de dezembro de 2023, são as que seguem:

	Unidades em operação
Volume de vendas (% da taxa de crescimento média anual)	12,3%
Preço de venda (% da taxa de crescimento média anual)	1,6%
Margem bruta média (% de receita)	14%
Dispêndio anual máximo para aquisição de imobilizado - R\$ mil	84.000
Taxa de desconto - % (Pré-tax)	11,03%
Valor recuperável da UGC - R\$	2.153.162

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de fertilizantes somado a expectativa de expansão e recuperação do mercado após a reestruturação da Companhia parte do processo de recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de volume de vendas de 12,3%, com uma margem média de EBITDA de 9%. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 1,6% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de

crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por unidade de mistura. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base em taxa de desconto calculada pela administração de 11,03% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. O teste de impairment (step 1) limitado ao período de 10 anos, prazo médio de vida útil dos principais ativos da Companhia perfez um resultado não suficiente para manutenção dos ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, razão pela qual a Companhia contratou assessoria externa para realização do step 2, conforme descrito abaixo.

Unidades Hibernadas e em operação

O valor recuperável da UGC das unidades hibernadas é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas unidades da Companhia, considerando que o step 1 relativo ao teste de impairment – redução ao valor recuperável de ativos ensejou a realização do teste pelo step 2.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

- Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.
- Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente

A avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerado Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

a. Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica “Curva de Iowa L2”, de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

b. Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o teste de impairment – CPC01 – Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se um impairment sobre a classe de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 14.424.

11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contas a pagar no país	140.492	61.453
Contas a pagar com partes relacionadas no país	327.451	370.554
Contas a pagar no exterior	159.543	294.321
Contas a pagar com partes relacionadas no exterior	<u>872.233</u>	<u>553.836</u>
	<u>1.499.719</u>	<u>1.280.164</u>
Circulante	1.487.746	1.270.247
Não circulante	<u>11.973</u>	<u>9.917</u>
	<u>1.499.719</u>	<u>1.280.164</u>

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2023, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 222.871 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial e está apresentado no passivo circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2023.

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valores justos dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de giro	TR + 4% a.a.	TR + 4% a.a.	19.058	4.694
Outras obrigações	15,60% a.a.	15,60% a.a.	<u>6.638</u>	<u>7.042</u>
			<u>25.696</u>	<u>11.736</u>
Circulante			25.696	11.736
Não circulante			<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>25.696</u>	<u>11.736</u>

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações de capital de giro no curto prazo, referem-se basicamente a registro de reconhecimento de empréstimos ao qual a Companhia é coobrigada a pagar sobre eventual inadimplência.

(ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Período findo em:	2023	2024	Total
31 de dezembro de 2023	-	25.696	25.696

(iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Finame	Finimp	Outras obrigações	Mútuo	Total
Em 31 de dezembro de 2021	<u>475.398</u>	<u>5</u>	<u>7.000</u>	<u>2.213</u>	<u>16.261</u>	<u>500.877</u>
Captações	2.762.496	-	-	4.843	-	2.767.339
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(3.126.395)	(5)	(6.563)	(14)	(16.140)	(3.149.117)
(-) Pagamento de juros	(112.852)	-	(437)	-	(121)	(113.410)
Provisão de juros	<u>6.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.047</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>4.694</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.042</u>	<u>-</u>	<u>11.736</u>
Captações	86.720	-	-	6.638	-	93.358
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(70.787)	-	-	(7.042)	-	(77.829)
(-) Pagamento de juros	(1.569)	-	-	-	-	(1.569)
Provisão de juros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>19.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.638</u>	<u>-</u>	<u>25.696</u>

13 Dívidas inscritas na Recuperação Judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembléia geral de credores ocorrida em 3 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no plano de recuperação judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 1.035.507 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.0108.669 em 31 de dezembro de 2022), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores – RJ		
Classe II – Garantia Real	86.525	85.871
Classe III – Quirografários	588.923	582.731
Classe IV – Quirografários EPP/MP	<u>2.156</u>	<u>2.572</u>
	<u>677.604</u>	<u>671.174</u>
Circulante	52.258	16.265
Não circulante	625.347	654.909
Empréstimos - RJ		
Classe II – Garantia Real	156.842	161.832
Classe III – Quirografários	<u>200.969</u>	<u>185.564</u>
	<u>357.811</u>	<u>347.396</u>
Circulante	49.577	14.540
Não circulante	<u>308.234</u>	<u>332.856</u>
Salários e encargos sociais		
Classe I – Trabalhista	<u>91</u>	<u>99</u>
Circulante	<u>91</u>	<u>99</u>
Total	<u><u>1.035.507</u></u>	<u><u>1.018.669</u></u>

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

Opção de Pagamento	Classe I	Classe II		Classe III			Classe IV		Total
	Trabalhista	Garantia Real		Quirografários			Quirografários EPP/MP		
	Única	Opção 1	Opção 2	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>268</u>	<u>276.220</u>	<u>-</u>	<u>192.862</u>	<u>59.773</u>	<u>436.881</u>	<u>2.707</u>	<u>393</u>	<u>969.104</u>
Variação Cambial do período	-	(9.742)	-	(11.608)	(723)	(26.841)	-	-	(48.914)
Juros Incorridos	-	10.827	-	25.326	3.898	68.775	230	375	109.431
(-)Pagamentos Realizados	(169)	-	-	(774)	(7.160)	(839)	(1.133)	(14)	(10.089)
Ajustes / Transferências	-	(29.602)	-	(2.209)	(22.411)	53.344	(845)	859	(864)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>99</u>	<u>247.703</u>	<u>-</u>	<u>203.597</u>	<u>33.377</u>	<u>531.320</u>	<u>959</u>	<u>1.613</u>	<u>1.018.669</u>
Variação Cambial do período	-	(7.768)	-	(14.295)	(2.343)	(37.305)	-	-	(61.711)
Juros Incorridos	-	17.762	-	29.287	4.801	76.428	279	469	129.026
(-)Pagamentos Realizados	-	(14.329)	-	(5.421)	(833)	(28.650)	(1.151)	(13)	(50.397)
Ajustes / Transferências	(8)	-	-	-	(71)	-	-	-	(79)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>91</u>	<u>243.368</u>	<u>-</u>	<u>213.168</u>	<u>34.931</u>	<u>541.793</u>	<u>87</u>	<u>2.069</u>	<u>1.035.507</u>

14 Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 67.713 (R\$ 57.897 em 31 de dezembro de 2022). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas	1.624	5.053
(-) Depósitos judiciais	<u>(1.603)</u>	<u>5.053</u>
Trabalhistas e previdenciárias (a)	50.907	48.327
(-) Depósitos judiciais	<u>(3.672)</u>	<u>(3.824)</u>
	<u>47.235</u>	<u>44.503</u>
Cíveis e ambientais	20.473	8.838
(-) Depósitos judiciais	<u>(16)</u>	<u>(497)</u>
	<u>20.457</u>	<u>8.341</u>
Total da provisão para contingências	73.004	62.218
(-) Depósitos judiciais	<u>(5.291)</u>	<u>(4.321)</u>
	<u><u>67.713</u></u>	<u><u>57.897</u></u>

- (a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo inicial	<u>62.218</u>	<u>49.738</u>
Constituição (reversão) de provisões	3.835	9.733
Atualização monetária	<u>6.951</u>	<u>2.747</u>
Saldo final	<u><u>73.004</u></u>	<u><u>62.218</u></u>

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributários e administrativos	16.165	13.993
Cíveis e ambientais	1.843	2.382
Previdenciários	3.024	3.024
Trabalhistas	<u>3.769</u>	<u>3.971</u>
	<u>24.801</u>	<u>23.370</u>
Classificados como redutores da provisão para contingência	(5.291)	(4.321)
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo não circulante	19.510	19.049

(iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos internos e externos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributárias e administrativas (i)	182.914	197.137
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	27.958	29.835
Cíveis e ambientais (iii)	<u>22.000</u>	<u>23.042</u>
	<u>232.872</u>	<u>250.014</u>

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 154.753. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 25.312, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é “possível”, portanto nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.
- (iii) As ações cíveis e ambientais – com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica – estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá.

(iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá – PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”) e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$ 2.092 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2022).

Em estrito cumprimento à determinação da sentença, a Companhia vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, sendo que em julho de 2019 a Companhia protocolou o EIA/RIMA no órgão ambiental competente (IAT – Instituto Água e Terra), bem como submeteu o referido estudo de impacto ambiental à audiência pública realizada em dezembro de 2019. Atualmente o processo de licenciamento encontra-se em análise pelo órgão competente visando a emissão da Licença Prévia.

Em dezembro de 2020 foi publicado acórdão (“TRF4”) que julgou as apelações da Companhia e do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo negado o apelo das partes. Em face do acórdão proferido, as partes opuseram embargos de declaração. Em agosto de 2021 foi proferido acórdão (“TRF4”), que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelas partes. Em face do acórdão que negou provimento aos recursos de apelação das partes a Companhia interpôs Recurso Especial em 16 de setembro de 2021, o qual foi proferida decisão em 10 de janeiro de 2022 admitindo o recurso especial interposto. Atualmente o aguarda-se pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

(v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 42.911 (R\$ 40.983 – em 31 de dezembro de 2022) referem-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

15 Outros Passivos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Demurrage a pagar	37.192	38.748
Custo de importação a pagar	53.937	23.184
Compartilhamento de gastos (ii)	56.386	-
Outras contas a pagar (i)	16.801	9.895
Provisão de comissões	3.497	5.643
Rateio de importação	-	3.845
Representantes comerciais a pagar	19	83
	<u>167.832</u>	<u>81.398</u>

- (i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos, que auxiliaram a Companhia no processo da Recuperação Judicial.
- (ii) Refere-se ao registro de contas a pagar para partes relacionadas referente despesas com colaboradores que prestam serviços entre companhias do mesmo grupo econômico, conforme nota 9.

16 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R\$ 585.518 está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foram registrados na data de transição para CPCs e IFRS.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros – incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, o montante que seria destinado à reserva de lucros – Incentivos fiscais, no valor de R\$ 4.651, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2023, os montantes anuais de incentivos fiscais foram utilizados em sua totalidade para absorção de prejuízos acumulados. Destacamos abaixo, a movimentação dos saldos incorridos.

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	2.144	225.046
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.796	2.507	38.554
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	6.685
	<u>241.507</u>	<u>1.586</u>	<u>4.741</u>	<u>12.388</u>	<u>5.412</u>	<u>4.651</u>	<u>270.285</u>

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI – Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete – SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve – Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias – BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta “Lucros acumulados” para “Reserva de lucros de incentivos fiscais”. Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos 53segment53os. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

17 Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(361.003)	(150.571)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária – R\$	(6,7030)	(2,7958)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18 Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (“Free on Board”), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF (“Cost, Insurance and Freight”), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Vendas brutas de produtos	<u>5.487.397</u>	<u>5.798.066</u>
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(678)	(535)
Devoluções das vendas	(21.032)	(18.756)
Impostos sobre as vendas	(134.669)	(109.053)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	2.144	2.616
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	<u>2.507</u>	<u>2.796</u>
	<u>5.335.669</u>	<u>5.675.134</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Regiões		
Sudeste	3.013.510	3.649.983
Nordeste	1.027.336	916.652
Centro-Oeste	913.295	895.405
Sul	368.423	112.603
Norte	<u>13.105</u>	<u>100.491</u>
	<u>5.335.669</u>	<u>5.675.134</u>

Saldos de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivos de contrato	<u>150.698</u>	<u>140.233</u>
	<u>150.698</u>	<u>140.233</u>

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida que a obrigação de performance sejam satisfeitas, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

19 Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas e materiais de produção	5.110.957	5.280.047
Despesas com pessoal (Nota 23)	211.096	143.292
Despesas com transporte	126.221	84.604
Despesas comerciais	39.401	39.597
Depreciação e amortização	47.456	31.617
Participação nos resultados (Nota 23)	17.205	6.189
Despesas com consultorias	4.711	6.648
Despesas com publicidade	712	217
Arrendamentos mercantis operacionais	960	386
Outros gastos	<u>150.220</u>	<u>105.537</u>
	<u>5.708.939</u>	<u>5.698.134</u>
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	5.327.169	5.432.077
Despesas com vendas	216.135	174.144
Despesas gerais e administrativas	<u>165.635</u>	<u>91.913</u>
	<u>5.708.939</u>	<u>5.698.134</u>

20 Outras receitas (despesas) operacionais

No exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributos federais sobre "Outras Despesas"	(1.083)	(2.583)
Perda na alienação de ativos imobilizados	(3)	(1.126)
Multas Diversas	(670)	(316)
Deságio sobre vendas de ICMS	(229)	1.076
Impairment sobre ativos imobilizados (iii)	-	(40.863)
Outras despesas operacionais	<u>(1.334)</u>	<u>(1.705)</u>
	(3.319)	(45.517)
Bonificações de Compras	100	-
Ganhos com alienação de Ativos (i)	1.320	3.839
Outras Receitas Operacionais (ii)	5.578	6.804
	<u>6.998</u>	<u>10.643</u>
	<u>3.679</u>	<u>(34.874)</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu com a alienação de sua unidade de mistura de Uberaba/MG conforme descrito na Nota 8 (ii).
- (ii) Refere-se basicamente ao registro de receitas com Despatch (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou impairment sobre ativos imobilizados no montante de R\$ 40.863 (vide Nota 10).

21 Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Variação cambial ativa	152.615	174.949
Variação cambial passiva (i)	<u>(53.984)</u>	<u>(116.973)</u>
	<u>98.631</u>	<u>57.976</u>

- (i) Variação cambial gerada em decorrência da volatilidade do dólar sobre as dívidas inscritas na Recuperação Judicial.

22 Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos financeiros	(13.345)	(132.507)
Juros sobre passivos inscritos na recuperação judicial	(129.232)	(109.507)
Descontos concedidos	(11.421)	(14.145)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(24.086)	(12.572)
Despesas com ajustes a valor justo	(726)	(6.045)
Despesas com ajustes a valor presente	(9.005)	(12.559)
Variações monetárias passivas	(5.987)	(2.215)
	<u>(193.802)</u>	<u>(289.550)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	51.701	35.525
Variações monetárias ativas	13.004	14.442
Receitas com ajustes a valor justo	857	11.921
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	5.648	6.425
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.688	1.965
	<u>72.898</u>	<u>70.278</u>
	<u>(120.904)</u>	<u>(219.272)</u>

23 Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ordenados e salários	95.383	75.540
Benefícios adicionais (i)	67.111	27.639
Custos de previdência social	25.062	20.505
Benefícios previstos em Lei	16.616	11.136
Indenizações	7.194	8.472
	<u>211.366</u>	<u>143.292</u>
Participação nos resultados	17.205	6.189
	<u>228.571</u>	<u>149.481</u>

- (i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	<u>31 de dezembro de 2023</u>		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	-	539.934	539.934
Depósitos judiciais	-	19.510	19.510
Dep. Judiciais, redutor da prov. Conting.	-	5.291	5.291
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	<u>51.553</u>	<u>51.553</u>
	=	<u>657.220</u>	<u>657.220</u>

	<u>31 de dezembro de 2023</u>	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimo e financiamentos RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(92.141)</u>	<u>(92.141)</u>
	<u>2.652.972</u>	<u>2.652.972</u>

31 de dezembro de 2022			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo	Total
		Amortizado	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	62.393	62.393
Contas a receber de clientes	2.682	373.408	376.090
Depósitos judiciais	-	19.049	19.049
Dep. Judiciais, redutor da prov. Contingências	-	4.321	4.321
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	43.621	43.621
	2.682	502.792	505.474

31 de dezembro de 2022		
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(11.736)	(11.736)
Empréstimo e financiamentos RJ	(347.396)	(347.396)
Fornecedores	(1.280.164)	(1.280.164)
Fornecedores RJ	(671.174)	(671.174)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(65.997)	(65.997)
	(2.376.467)	(2.376.467)

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que a taxa de remuneração dos contratos estão próximas as taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, o valor justo dessas operações se equiparam ao valor contábil.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

31 de dezembro de 2023		
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	40.932	40.932
Contas a receber de clientes	539.934	539.934
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	51.553	51.553
Depositos judiciais	19.510	19.510
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.291	5.291
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(25.696)	(25.696)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(357.811)	(357.811)
Fornecedores	(1.499.719)	(1.499.719)
Fornecedores – RJ	(677.605)	(677.605)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(92.141)	(92.141)

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	62.393	62.393
Contas a receber de clientes	376.090	376.090
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	43.621	43.621
Depósitos judiciais	19.049	19.049
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(11.736)	(11.736)
Empréstimos e financiamentos – RJ	(347.396)	(347.396)
Fornecedores	(1.280.164)	(1.280.164)
Fornecedores – RJ	(671.174)	(671.174)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>(65.997)</u>	<u>(65.997)</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Subcarteira negociada – FIDC	-	2.682
Caixa e equivalentes de caixa	40.932	62.393
Empréstimos e financiamentos	25.696	11.736

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

25 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O grande volume de dívidas da Companhia está concentrado na Recuperação Judicial, cujas taxas de juros são pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou *Libor* para dívidas estrangeiras quando aplicável.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia. Encontra-se a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Câmbio USD

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido -Cenários					
	II -25%	III -50%	Provável R\$	II 25%	III 50%
				R\$	
Cotação do dólar	R\$ 3,9375	R\$ 2,6250	R\$ 5,2500	6,5625	R\$ 7,8750
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	275.485	550.969	90.422	(275.485)	(550.969)
Fornecedores RJ	204.641	409.282	(67.169)	(204.641)	(409.282)
Empréstimos e financiamentos RJ	134.478	268.956	(44.139)	(134.478)	(268.956)
Contas a receber no exterior	(509)	(1.018)	167	509	1.018
Ganho (perda), líquido	614.094	1.228.189	(20.719)	(614.094)	(1.228.189)

Câmbio EUR

Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido -Cenários					
	II -25%	III -50%	Provável	II 25%	III 50%
				R\$	
Cotação do euro	R\$ 4,4442	R\$ 2,9628	R\$ 5,9256	7,4069	R\$ 8,8883
Financiamento de importação	729	1.458	0	(729)	(1.458)
Ganho (perda), líquido	729	1.458	0	(729)	(1.458)

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Importação em andamento (Nota 5) US\$ 40.353 mil (US\$52.899 mil em 31/12/2021)	Até 35 dias	(20.259)	(210.549)
Fornecedores no exterior (Nota 11) US\$ 162.554 mil (US\$ 66.440 mil em 31/12/2021)	Até 178 dias	1.031.775	848.157
Fornecedores – RJ US\$ 187.209 mil /€\$ 493 mil (US\$ 186.683/ €\$ 493 em 31/12/2021) (Nota 13)	Até o ano de 2045	751.394	976.800
Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 122.503 mil (US\$ 122.503 mil em 31/12/2021)	Até o ano de 2045	493.772	639.184
		<u>2.256.683</u>	<u>2.253.592</u>
Contas a receber no exterior US\$ 244 mil (US\$184 mil em 31/12/2021) (Nota 4)	Até 30 dias	(1.869)	(1.272)
Exposição líquida		<u>2.254.814</u>	<u>2.252.320</u>

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e conseqüente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição, o custo dos produtos vendidos está em linha com os preços das matérias-primas em dólar norte-americano e desta forma considera um “hedge” natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos. A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 40.932 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 62.393). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Moody’s.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	<u>40.932</u>	<u>62.393</u>
	<u>40.932</u>	<u>62.393</u>

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento, conforme demonstrado na nota explicativa 6.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	11.736	-	-
Empréstimos e financiamentos – RJ	14.540	-	332.856
Fornecedores	1.270.247	9.917	-
Fornecedores – RJ	16.265	-	654.909
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>65.997</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	25.696	-	-
Empréstimos e financiamentos – RJ	49.577	-	308.234
Fornecedores	1.487.745	3.526	8.448
Fornecedores – RJ	52.527	-	625.078
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	<u>92.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial – os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 5,2500/US\$ e R\$ 5,7913/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2022, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidade ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varia de acordo com os percentuais abaixo indicados.

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra “i” do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2022, esse índice ficou em 8,49% (39,90% em 31 de dezembro de 2021).

26 Informações por segmentos de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 13 unidades misturadoras da Companhia em funcionamento e 2 unidades hibernadas, conforme Nota 1. As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	-	5.487.397	5.487.397	-	5.797.531	5.797.531
Deduções e impostos sobre vendas	-	(151.728)	(151.728)	-	(122.397)	(122.397)
Receita líquida de vendas	-	5.335.669	5.335.669	-	5.675.134	5.675.134
Custos dos produtos vendidos	(1.155)	(5.311.590)	(5.312.745)	(2.957)	(5.429.120)	(5.432.077)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.155)	9.655	8.500	(2.957)	246.014	243.057
Despesas operacionais	-	-	(378.091)	-	-	(300.930)
Despesas financeiras, líquidas	-	-	(22.273)	-	-	(161.296)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	(391.864)	-	-	(219.170)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	30.861	-	-	68.599
Prejuízo do período	-	-	(361.003)	-	-	(150.571)
Depreciação e amortização	694	46.762	47.456	731	30.886	31.617

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	1	1.070.714	1.070.715	1	1.446.656	1.446.657
Imobilizado	27.230	503.880	531.110	27.923	424.269	452.192
Demais ativos	-	1.401.638	1.401.638	-	1.118.401	1.118.401
Total dos ativos	<u>27.231</u>	<u>2.976.232</u>	<u>3.003.463</u>	<u>27.924</u>	<u>2.989.326</u>	<u>3.017.250</u>

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

27 Eventos Subsequentes

a. Atualização do processo de recuperação judicial

Em 05 de março de 2024, foi publicado no processo de recuperação judicial da Companhia, acórdão que indeferiu o pleito de dois credores que requeriam o não encerramento do processo de recuperação judicial, assim como, informado sobre a desistência de dois credores sobre este mesmo pleito, fato que corrobora a adequada governança da Companhia sobre o tema, conforme descrito na Nota 1.1.

Em 19 de março de 2024, houve a interposição de Recurso Especial, de um único credor, em face do acórdão que manteve a decisão que encerrou a Recuperação Judicial, o qual aguarda apreciação e julgamento, de modo que ainda não houve o trânsito em julgado da sentença que encerrou a Recuperação Judicial.

Composição da Diretoria

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e de
Controladoria (interino)

Responsável Técnico

Robson Cordeiro Ferreira de Freitas –
Contador - CRC 1SP296422-O-9

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF N° 22.266.175/0001-88

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, bem como em cumprimento a seu regimento interno, o Conselho Fiscal de FERTILIZANTES HERINGER S.A. examinou (i) o Relatório Anual da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras e notas explicativas; e (iii) o relatório do auditor independente da Companhia, a ser emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”); todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelo representante da KPMG, Sr. Márcio Santos, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (KPMG), datado de março de 2024, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Paulínia/SP, 27 de março de 2024.

Luiz Conrado dos Santos Carvalho
Sundfeld

Alfredo Gonçalvez Martins

Marcos Antonio Garcia de Oliveira

ANEXO II
RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê”) da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”) é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Novo Mercado”, respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, o Comitê é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social.

O Comitê foi instalado pelo Conselho de Administração em 2023 e é composto dos seguintes membros: Sr. Flávio César Maia Luz, como Coordenador do Comitê (conselheiro independente), Sr. Leomir Pereira dos Santos e Sr. José Roberto Lopes (contador com experiência em contabilidade societária), como membros do Comitê.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. (“Auditores Independentes”) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme as normas vigentes. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (“ITRs”) devidamente reportados ao mercado e à CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta adequadamente a opinião dos Auditores Independentes, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Atividades exercidas em 2023

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, a cada três meses. Neste sentido, considerando a data de instalação do Comitê, ele se reuniu 03 (três) vezes no período entre agosto de 2023 a março de 2024.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período entre agosto de 2023 a março de 2024 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2023 (3T23);
- (b) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (DF2023);
- (c) Monitoramento da efetividade dos processos de *Compliance*, incluindo os relatos no Canal de Denúncias;

- (d) Avaliação dos trabalhos das auditorias interna e independente e autoavaliação do Comitê de Auditoria, visando seu aprimoramento contínuo;
- (e) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2023, e
- (f) Acompanhamento dos resultados da Companhia.

Conclusões sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê, opinaram, por unanimidade, que os documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas no período e, recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

Paulínia, 27 de março de 2024.

Flávio César Maia Luz
Coordenador e Membro Efetivo

Leomir Pereira dos Santos
Membro Efetivo

José Roberto Lopes
Membro Efetivo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Gustavo Bastide Horbach

Diretor-Presidente

Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria
(interino)

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Gustavo Bastide Horbach

Diretor-Presidente

Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria
(interino)